

HOSPITALIDADE EM REDE: TURISMO COMUNITÁRIO E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CEARÁ

*Gabriela Arantes Ferreira de Sales**
*Maria do Rosário Rolfsen Salles***

Resumo: O presente artigo tem por objetivo propor uma reflexão sobre a constituição de redes solidárias estabelecidas com base em um sistema de cooperação integrado, realizado nas comunidades localizadas na costa leste do Estado do Ceará. O estudo é desenvolvido tendo como referência o sistema do dom, modelo de trocas sociais, sugerido por Marcel Mauss (1974). Este é baseado em um encadeamento de dádivas e contra-dádivas que podem se suceder infinitamente e que está na base das relações de hospitalidade e também o autor Paulo Henrique Martins (2002) que dialoga sobre os princípios da solidariedade para a sociedade moderna, por meio de práticas sociais urbanas. Nesse artigo serão apresentados resultados parciais da pesquisa desenvolvida em oito de doze comunidades da Rede TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário. Trata-se de uma pesquisa qualitativa explicativa com estudo de caso, que utiliza entrevistas, além do recolhimento de informações em documentos e fontes bibliográficas. Nos vilarejos estudados, os grupos são organizados em projetos coletivos de base familiar; o turismo comunitário idealizado baseia-se na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e os visitantes; e a gestão fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza em prol da sustentabilidade sócio-ambiental. Pode-se observar que as atividades turísticas nessas regiões são realizadas pelas comunidades locais por meio de redes colaborativas estabelecidas com base em vínculos sociais criados espontaneamente como propostas para uma gestão solidária que prima pela troca de saberes e experiências mútuos, com o objetivo de desenvolver conhecimento e habilidades para todos os envolvidos.

Palavras-chave: Hospitalidade. Turismo comunitário. Economia solidária. Redes de turismo comunitário.

* Mestre em Hospitalidade pela Universidade Anhembí Morumbi – e-mail: gabrielasales@hotmail.com

** Docente do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembí Morumbi – e-mail: mrrsalles@uol.com.br

HOSPITALITY NETWORK: COMMUNITY TOURISM AND
SOLIDARITY ECONOMY IN CEARÁ

Abstract: This article aims to analyze the constitution of solidarity networks established based on an integrated system of cooperation, held in communities located on the east coast of Ceará State. The study is very provocative, in that the development of tourism known as community-based, we could observe the emergence of social ties established in those communities that directly or indirectly been organized along the lines of solidarity economy, a system which assumes a relationship of respectful exchange among tourists, local community and nature. For this paper we present partial results of research carried out in eight of twelve communities TUCUM Network – Community Tourism Network of Ceará. The study is designed as a reference, the system of the gift, a model of social exchange, suggested by Marcel Mauss (1974), based on a chain of gifts and counter gifts that can succeed indefinitely and that is the basis of relations of hospitality and also by the author Paulo Henrique Martins (2002) which depicts the bases of solidarity in modern society, through urban social practices. This is a qualitative research with explanatory case study, which uses the methods of formal interview, in addition to gathering information on documents and bibliographic sources. In the villages studied, the groups are organized in family-based design collective, the idealized community tourism is based on ethics and solidarity to establish trade relations and exchanges between the community and visitors, and management is based on building a relationship between society, culture and nature in favor of social and environmental sustainability. It may be noted that tourism activities in these areas are held by local communities through collaborative networks established from social ties created spontaneously as proposals for a management partnership that excels in the exchange of knowledge and experiences with each other, with the goal of developing knowledge and skills for all involved.

Keywords: Hospitality. Community tourism. Solidarity economy. Community tourism network.

INTRODUÇÃO

Nas sociedades modernas, o desenvolvimento do progresso técnico-científico é relacionado fortemente à dimensão econômica. Mesmo com o surgimento de campanhas em prol de políticas que destacam os aspectos social e humano, ainda assim a produção e o mercado não valorizam o bem estar social e a qualidade de vida. As classes trabalhadoras que pouco tem acesso aos produtos desenvolvidos pelo mercado de supérfluos são as que mais sofrem as consequências de um sistema individualista e voltado ao capital. A modernidade pode estar resumida em um modo de vida que impõe um padrão consumista predador da natureza e de vidas humanas em minorias privilegiadas subordinando os objetivos sociais e ignorando os valores éticos. Partindo-se desse princípio, surgem, nas sociedades contemporâneas, economias alternativas que buscam valorizar o saber humano e estimu-

lar a produção associada em função do benefício coletivo. Essa nova forma de produzir está centrada na proteção ambiental e na divisão equitativa de bens entre todos os participantes do sistema.

A proposta do presente trabalho é apresentar uma reflexão, resultado de uma pesquisa de campo em oito comunidades localizadas na costa leste do Estado do Ceará. O estudo é bastante instigante, à medida que se percebe que o desenvolvimento comunitário está associado ao modo de produção e à organização do trabalho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa explicativa, que utiliza a entrevista, além do recolhimento de informações em fontes bibliográficas. A pesquisa de campo foi realizada no mês de janeiro de 2010, quando, foram percorridos 215 km pela costa leste do Estado do Ceará para a obtenção de registros e depoimentos de comunidades envolvidas. Em cada uma das comunidades, a permanência no território se deu em instalações comunitárias com hospedagem domiciliar, o que permitiu participar do cotidiano dessas comunidades. Os vilarejos visitados foram: Alojamento Frei Humberto (MST), Associação Mulheres em Movimento, Batoque, Jenipapo-Kanindé, Prainha do Canto Verde, Ponta Grossa, Assentamento Coqueirinho e Tremembé. A análise de campo buscou estruturar-se com base nos objetivos específicos da pesquisa, em especial, sobre como são estabelecidos os vínculos sociais entre os envolvidos nas atividades do turismo comunitário e sobre como ocorre a organização do trabalho comunitário para o estabelecimento de redes de cooperação. Foram realizadas entrevistas formais e informais com moradores das comunidades caiçaras da costa, lideranças comunitárias e representantes de organizações sociais envolvidas.

DAR, RECEBER E RETRIBUIR – REFLEXÕES SOBRE A DÁDIVA NA SOCIEDADE MODERNA

As sociedades modernas vivem em torno da hegemonia do sistema econômico capitalista dirigido pelos interesses do mercado e o consumismo desenfreado. Esse modelo econômico tem sido discutido mundialmente, pois, além de sacrificar bens naturais não renováveis e restringir os recursos em prol do crescimento econômico, cria novas tendências mercantis que entusiasma a mecanização do pensamento humano e ajustam novas regras de vida e comportamento para a sociedade. Segundo Goudbout (1998, pg. 39-52), para essa modalidade política e econômica atual, existe um paradigma sociológico que explica tal comportamento e busca refletir sobre as tendências desse mecanismo para os atores desse sistema, que muitas vezes tem suas necessidades transformadas e maquiadas por instituições e autoridades em função do crescimento comercial. Esse paradigma é conhecido como o neoliberalismo. Nas ciências humanas, ele apresenta diversas denominações: teoria da escolha racional, racionalidade instrumental, individualismo metodológico, utilitarismo, *homo oeconomicus*, teoria econômica neoclássica,

entre outras. (GODBOUT, 1998, p. 39-52). Ainda segundo esse autor, as diversas nomenclaturas atribuídas ao paradigma podem classificar seus diferentes aspectos, porém existe um ponto em comum a todos elas que pode resumir sua essência: “procura explicar o sistema de produção e, sobretudo, de circulação das coisas e dos serviços na sociedade a partir das noções de interesse, de racionalidade, de utilidade”. Para Simmel (apud GODBOUT, 1998, p. 39-52), esse sistema tende a guiar os atores do processo com base nas vontades criadas por meio de um ambiente imaginário em que as necessidades são criadas artificialmente para que o ciclo desejo-consumo seja abastecido periodicamente:

O membro da sociedade moderna se vê às voltas com um número impressionante de instâncias, de pessoas, de instituições, de autoridades, que tentam lhe dizer quais deviam ser seus valores, suas preferências, que tentam lhe dizer o que é bom para ele. Costumam ser instâncias externas à sua comunidade, que ele tende a considerar ilegítimas. (SIMMEL apud GODBOUT, 1998, p. 39-52).

Nesse caso, as relações são extremamente impessoais, não há envolvimento e não há promessa de uma relação no longo prazo. Para Godbout (1998, p. 40), as sociedades modernas encontram espontaneamente uma vantagem no sistema de mercado: a liberdade, traduzida pela facilidade de sair de uma relação que não se aprecia e ir procurar outra, livre de regras e sem necessidade de explicações ou satisfações sociais. Segundo o autor, o modelo mercante visa à ausência de dívida.

Nesse modelo, cada troca é completa. Graças à lei da equivalência, predominante no sistema utilitarista, “cada relação é pontual, e não compromete o futuro. Não tem futuro e portanto, não nos insere num sistema de obrigações” (GODBOUT, 1998, p. 39-52). Nesse sentido, a liberdade moderna pode ser considerada essencialmente como a ausência da dívida. “O par constituído pelo individualismo e a economia neoclássica busca fundar a ética do comportamento do homem sem nenhuma dívida em relação a quem quer que seja” (SIMMEL apud GODBOUT, 1998, p. 41). Assim, Berthoud (1994, p. 53), classifica o mercado como um meio criado pela sociedade moderna, pelo qual os indivíduos buscam sanar as dívidas pontualmente, sem que haja comprometimentos futuros. Para o autor, o mercado é “um laço social que visa escapar das obrigações normais inerentes aos laços sociais. É a essência da liberdade moderna. Nesse jogo infinito da circulação de equivalências, ser um indivíduo, equivale a não dever nada a ninguém”. (BERTHOUD apud GODBOUT, 1994, P. 53). Nesse sentido, o homem da sociedade moderna torna-se seguro para concretizar sonhos e desejos, muitas vezes criados e manipulados pelo mercado, em um ambiente de liberdade de escolha e garantia de não atrelar pendências futuras à essas transações. Para Godbout (1998), esse modelo tende a generalizar um valor, o valor de produto.

Se, graças à modernidade, libertamo-nos de nossos laços, por outro lado tornamo-nos cada vez mais dependentes de nossos bens, de nossos produtos e, principalmente, da necessidade de produzir cada vez mais. Em outras palavras, o que era meio (o produto) torna-se fim. Inverte-se a relação fim-meio. O que fora inicialmente definido como estando a serviço das preferências individuais — a produção — acaba sendo o valor supremo, a finalidade (GODBOUT, 1998, p. 39-52).

Em contraposição ao paradigma economicista e utilitarista, sociólogos e antropólogos desenvolveram estudos que criticam essa abordagem e apresentam uma outra forma de analisar o comportamento social, dessa vez com base em um olhar coletivo e não mais restrito ao indivíduo. Esse novo paradigma preocupa-se em analisar as diferentes formas de holismo, termo que designa em sentido amplo, todas as teorias que falam da sociedade mais do que do indivíduo. Esse movimento recrimina o monopólio da economia neoclássica e se apresenta como uma alternativa ao paradigma utilitarista (GODBOUT, 1998, p. 39-52). Segundo Godbout (1999, p. 37), a essência desse novo pensamento está em romper o isolamento do indivíduo e situá-lo no contexto de suas relações sociais. Etzioni (apud GODBOUT, 1998, p. 39-52) denomina essa nova rede pensamento de “paradigma do eu e nós”, que significa que cada indivíduo tem um sentimento de identidade compartilhado com os outros. Nesse novo paradigma, os atores sociais não agem somente em função de seus interesses, mas sim em função de normas e valores coletivos. Para Etzioni (1988, p. 41-43), os atos morais tendem a representar os ímpetus sociais sobre compromissos não deliberados:

Atos morais refletem um imperativo, uma generalização, e uma simetria quando aplicados aos outros [...] são intrinsecamente motivados e não passíveis de uma análise meios-fins. [...] repudiam a racionalidade instrumental que inclui a consideração de custos e benefícios. [...] De fato, a “instantaneidade” de tais decisões é usada por várias pesquisas como uma indicação de que se trata de um compromisso não deliberado. (ETZIONI, 1988, p. 41-43).

Os dois paradigmas descritos representam que as relações sociais decorrem da liberdade e da livre escolha, em que os indivíduos podem seguir guiados pelo modelo da racionalidade ou por um comportamento determinado por normas, pela obediência a regras. Para Caillé (1998, p. 5-38), nenhum dos dois grandes paradigmas apresentados pode elucidar questões relativas ao comportamento social. Por isso, ele propõe e instiga reflexões acerca da dádiva e sobre os estudos realizados inicialmente por Marcel Mauss e que hoje são conduzidos por autores representantes do movimento “Mouvement Anti Utilitariste en Sciences Sociales (M.A.U.S.S)” – Movimento Antiutilitarista em Ciências Sociais, entre os quais Alain Caillé foi o precursor. Para Caillé (1998), a dádiva desafia os grandes paradigmas propostos e por isso merece destaque dentre as pesquisas sociológicas:

Entende-se por *dádiva* tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social. Não é um fenômeno irrelevante. Basta pensar no que circula entre amigos, entre vizinhos, entre parentes, sob a forma de presentes, de hospitalidade e de serviços. Na sociedade moderna, a *dádiva* circula também entre desconhecidos: doações de sangue, de órgãos, filantropia, doações humanitárias, benevolência, etc. (GODBOUT, 1998, p. 39-52).

A *dádiva* não corresponde ao modelo mercantil; uma de suas principais características consiste no fato de que os agentes sociais não estão condicionados à equivalência e à quitação das dívidas contraídas. O movimento da *dádiva* não é unilateral; embora a retribuição não seja o objetivo no sistema da *dádiva*, geralmente, ela acontece, sendo muitas vezes maior do que a *dádiva* inicial. Para Godbout (1998, p. 39-52) “[...] O mercado se baseia na liquidação da dívida. A *dádiva* baseia-se, ao contrário, na dívida. Isso pode ser observado tanto nos laços primários como nas relações de parentesco, na doação a um desconhecido, na doação de órgãos”. A *dádiva* não corresponde ainda ao paradigma holista, pois, enquanto os agentes nesse sistema agem por obrigação às regras e normas, no sistema da *dádiva*, os atores valorizam o prazer envolvido na relação. Segundo Godbout (1998, p. 39-52), uma *dádiva* feita por obrigação, por obediência a uma norma, é considerada de qualidade inferior e por isso a moral do dever não se aplica à *dádiva*. [...] os membros de um sistema de *dádiva* possuem uma relação muito particular com as regras. “Antes de mais nada, as regras devem estar implícitas. Por isso, é de muito mau gosto deixar o preço num presente, ou aludir a ele”. No sistema da *dádiva* – o doador, por muitas vezes chega a negar a importância da *dádiva*. Ao doar algo, é comum responder após o agradecimento, “*de nada*”, como forma de diminuir a obrigação de retribuir e tornar a retribuição incerta. Esse mecanismo torna o outro livre para dar por sua vez. Oportuniza-se assim ao receptor fazer uma verdadeira *dádiva* (GODBOUT, 1998, p. 39-52).

Constata-se, desse modo, que os atores da *dádiva* introduzem, deliberada e permanentemente, uma incerteza, uma indeterminação, um risco quanto à efetivação do contradom, de modo a se afastarem o máximo possível do contrato, do comprometimento contratual (mercantil ou social), e também da regra do dever; na verdade, de qualquer regra de tipo universal. Por quê? Porque estas últimas têm a propriedade de obrigar o outro independentemente de seus “sentimentos” em relação a mim, independentemente do elo que existe entre o outro e eu. (GODBOUT, 1999, p. 52).

De acordo com Caillé (1998, p. 5-38) o sistema da *dádiva*, representado pela tríplice obrigação – dar, receber e retribuir – é um modelo de ação social totalmente diferente e paradoxal, pois estabelece, ao mesmo tempo,

uma relação de “liberdade e obrigação” e de “interesse e desinteresse”. O ritual da dádiva não se resume em um mero ritual, pelo contrário, em uma relação que envolve dádiva, há expressão obrigatória de sentimentos de generosidade, gratidão e espontaneidade (CAILLÉ, 1998, p. 5-38). Em suma, as formas de liberdade e dívida descritas no sistema da dádiva são diferentes daquelas contraídas pelo sistema mercantil. Na dádiva, não há preocupação em relação à contração da dívida e não consiste na facilidade, para o ator, de sair da relação; “situa-se, ao contrário, dentro do laço social, e consiste em tornar o próprio laço mais livre, multiplicando os rituais que visam diminuir, para o outro, o peso da obrigação. A dádiva é um jogo entre liberdade e obrigação”. (GODBOUT 1998, p. 39-52).

Assim, o modelo da dádiva não se liga a nenhum dos dois paradigmas dominantes. A não equivalência, a espontaneidade, a dívida, o prazer do gesto e a liberdade se opõem às teorias de holismo e individualismo metodológicos (GODBOUT 1998, p. 39-52). Para Godbout (1998, p. 39-52), “[...] a verdadeira dádiva é um gesto socialmente espontâneo, um movimento impossível de captar em movimento, uma obrigação que o doador dá a si mesmo, mas uma obrigação interna, imanente”.

UMA ECONOMIA DIFERENCIADA EM UMA SOCIEDADE DA DÁDIVA

Para Donati (apud GODBOUT, 1998, p. 39-52), a dádiva seria uma experiência que permite pertencer a uma comunidade que não limita seus indivíduos, pelo contrário, tem por objetivo, expandir os pensamentos em uma voz comum. Para o autor, a dádiva está presente em uma comunidade de forma a fazê-la prosperar, contrariamente a uma visão individualista, a experiência da solidariedade comunitária não contradiz a identidade e pode, ao contrário, desenvolvê-la. Nesse sentido, Caillé (1998, p. 5-38) descreve que a dádiva seria uma experiência social fundamental, de experiência dos fundamentos da sociedade, daquilo que liga cada um a ela para além das regras cristalizadas e institucionalizadas como normas da justiça. A constituição do sistema da dádiva, quando completo em um ciclo, pode ser denominado de “um fato social total – uma experiência que concretiza a ligação entre indivíduo e sociedade, entre liberdade e obrigação. Uma experiência em que a sociedade é vivida como comunidade. (MAUSS apud CAILLÉ, 1998, p. 5-38).

Nas sociedades e comunidades, o sistema do dom, representado pela tríplice obrigação ocorre por diversos motivos: para que as pessoas estejam ligadas, para se conectarem à vida, para fazer circular as coisas num sistema vivo, para romper a solidão, sentir que não se está só e que se pertence a algo mais vasto, entre outros. Por isso, Caillé (1998 p. 5-38) explica, “a dádiva é o que circula a serviço do laço social, o que o faz aparecer, o que

alimenta”. A dádiva é sistema que propicia o vínculo pela comunicação, atua para romper o isolamento e para que as pessoas sintam sua própria identidade. Por isso é perceptível o sentimento de poder, de transformação, de abertura, de vitalidade que invade os doadores, que dizem que recebem mais do que dão. “A dádiva seria, então, um princípio consubstancial ao princípio vital, aos sistemas vivos” (CAILLÉ 1998, p. 5-38). Nesse sentido, é possível observar algumas comunidades que interagem consciente ou espontaneamente por meio do sistema da dádiva. Essas comunidades, que serão apresentadas a seguir, são reconhecidas por desenvolverem atividades cotidianas que utilizam o sistema do dom como canal principal para aproximar pessoas, firmar laços e constituir alianças. Envolvidas neste processo, essas comunidades passam a estabelecer vínculos solidários com base na formação de redes de cooperação. Nesse sentido, observa-se a participação de indivíduos em uma economia diferenciada, que não segue os padrões economicistas e que será denominada neste trabalho de economia da dádiva.

Em Ciências Sociais, a economia da dádiva ou economia do dom é uma forma de organização social na qual os membros fazem doações de bens e serviços, uns aos outros, sem que haja expectativa de reciprocidade, como no sistema economicista. Todavia, a obrigação de reciprocidade existe, não necessariamente envolvendo as mesmas pessoas, mas como uma corrente contínua de doações. Pode ser caracterizada e comparada às economias primitivas, que são autosuficientes, pois utilizam o sistema de troca do excedente produzido pelos poucos bens que não conseguem produzir. Essa economia pode coexistir com as economias planejadas ou de mercado. Segundo Mauss (1974, p. 54), dispor de um bem, seja ofertando-o ou destruindo-o, é a base para a formação de alianças e geração de respeito. Permeados sempre por significados simbólicos diversos, os contratos são feitos com base na oferta. Dispor de um objeto significa fazer um pacto. A economia do dom é uma forma de organização, não um tipo de contrato que se assina conscientemente. Segundo Mauss (1974, p.47), “não se está falando em termos legais: estamos falando de homens e grupos de homens, porque são eles, é a sociedade, são os sentimentos humanos que se transformam em ação” (MAUSS, 1974, p.47).

REDES DE COOPERAÇÃO COMUNITÁRIA E O TURISMO SOLIDÁRIO

Para Caillé (2002, p. 5), a rede “é o conjunto de pessoas com as quais o ato de manter relações de amizade ou de camaradagem, permite conservar e esperar confiança e fidelidade”. Segundo o autor, é importante reconhecer que essas redes, tradicionais ou modernas, são alianças generalizadas criadas na aposta na dádiva e na confiança.

Círculo ou rede, dá no mesmo. Sem saber – já que os sociólogos americanos ignoram completamente Mauss –, Granovetter centra sua reflexão a respeito das redes exatamente naquilo que Mauss descobrira em sua busca da dádiva através da infinita variedade de culturas: fidelidade e confiança. A única coisa que falta *a priori* nessas análises é reconhecer que essa aliança generalizada que constitui as redes, atualmente como nas sociedades arcaicas, só se cria a partir da aposta da dádiva e da confiança. E constatar que o vocabulário da fidelidade e da confiança é indissociável do da dádiva (Servet, 1994), já que é a palavra dada, mais do que o juramento e antes dele (Verdier, 1991). A referência à dádiva, em razão de sua natureza simbólica, abre imediatamente para uma dimensão que é irreduzível às redes concretas e empiricamente determinadas. (CAILLÉ, 2002, p. 5).

Isso significa dizer que a obrigação social que une os membros de uma rede não tem apenas caráter moral, mas igualmente político, dado pelo interesse dos membros na aliança. A formação de redes de cooperação resulta de uma busca progressiva de um pensamento sociológico antiutilitarista e humanizante que, ao longo do século XX, valoriza a força da associação como recurso explicativo poderoso dos movimentos coletivos e espontâneos (MARTINS, 2008, p. 9). Para Martins (2008, p. 9), a rede social responde a uma exigência com base nas demandas práticas, representadas por meio de novas metodologias de intervenção social ou novas formas de participação e de mobilizações coletivas. A teoria da rede social revela a preocupação em explicar o fato social não com base na liberdade individual, mas em uma formação coletiva que se impõe às vontades individuais.

Para Mauss (apud CAILLÉ 1974, p. 45), o fato social, para aparecer como “fenômeno total”, exige que a observação seja centrada sobre o conjunto de bens materiais e simbólicos que circulam no interior da sociedade, determinando que os lugares próprios e singulares de cada membro sejam compreendidos pelo ângulo da totalidade. Assim, Martins (2008, p. 12) conclui que a introdução da noção de rede nos estudos sociológicos constitui um objeto importante para se avançar na discussão sobre as mobilizações sociais a favor das redes de cidadania. O sociólogo italiano Alberto Melucci (apud MARTINS, 2008, p. 14) afirma que os movimentos são naturalmente sugeridos por uma estratégia de redes – pequenos grupos imersos na vida cotidiana, na qual os membros, mediante suas experiências e inovações culturais, contribuem para seu desenvolvimento. Breno Fontes (apud MARTINS, 2008, pg. 14), também colabora com reflexões sobre o assunto e define o movimento das redes como sendo “redes de redes” – um sistema associativo que produz e divulga a mobilização dos indivíduos para associação em novas redes. Para o autor, o conceito de rede permite compreender que cada ator social tende a se inscrever em diferentes círculos de troca, em um movimento permanente em que as redes de mediação tanto geram novas redes como renovam as antigas.

A noção de rede coloca a ênfase nas relações entre diversidades que se integram em laços de sinergia coletiva, que facilitam a transformação de cada parte pela sua relação com as demais. (MANCE, 2006 p. 46). A Rede de Colaboração Solidária integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização, em que todos se propõem a praticar o consumo solidário, por meio da aquisição de produtos e serviços da própria Rede, sendo o excedente obtido reinvestido, o que garante a sustentabilidade das ações e o consumo de todos. Para MANCE (2006, p. 46):

Quatro são os critérios básicos de participação nessas redes: a) que nos empreendimentos não haja qualquer tipo de exploração do trabalho, opressão política ou dominação cultural; b) busque-se preservar o equilíbrio ecológico dos ecossistemas (respeitando-se todavia a transição de empreendimentos que ainda não sejam ecologicamente sustentáveis); c) compartilhar significativas parcelas do excedente para a expansão da própria rede; d) autodeterminação dos fins e autogestão dos meios, em espírito de cooperação e colaboração.

Quando redes locais desse tipo são organizadas, elas operam no sentido de atender demandas imediatas da população por trabalho, melhoria no consumo, educação, reafirmação da dignidade humana das pessoas e do seu direito ao bem viver, ao mesmo tempo em que combatem a exploração e dominação responsáveis pela pobreza e exclusão. As redes de colaboração solidária, portanto: a) permitem aglutinar diversos atores sociais em um movimento orgânico com forte potencial transformador; b) atendem a demandas imediatas desses atores por emprego de sua força de trabalho c) negam estruturas capitalistas de exploração do trabalho, de expropriação no consumo e de dominação política e cultural e d) passam a implementar uma nova forma pós-capitalista de produzir e consumir, de organizar a vida coletiva afirmando o direito à diferença, promovendo solidariamente (MANCE, 2006 p. 49).

Para Caillé (1998, p. 5-38), as análises em termos de redes se inscrevem no quadro da reflexão aberta por Marcel Mauss. Segundo o autor, os dois grandes paradigmas sociais representados pelo holismo e individualismo, têm em comum o fato de pensarem a sociedade segundo um eixo vertical:

Raciocinar em termos do interacionismo da dádiva, de pensamento do político, é, ao contrário, adotar um ponto de vista radicalmente imanente, horizontalista, e mostrar que é do mesmo movimento que se produzem ou se reproduzem os termos opostos, a base e o topo. Nesse sentido, entende-se que não há nem indivíduo nem sociedade — nem natureza nem sociedade, mas a (inter)ação dos homens concretos. (CAILLÉ, 1998, p. 5-38).

Caillé acredita que hoje a sociedade vive em um momento de pressões para reforma do sistema político em geral e a discussão sobre rede, parece estratégica para auxiliar teórica e politicamente as mobilizações sociais, permitindo que as organizações não-governamentais e associações locais possam administrar os problemas que atingem a sociedade (CAILLÉ 1998, p. 5-38).

Partido das análises feitas por Caillé (1998, p. 5-38) e Martins (2008, p. 14) sobre a formação de redes de cooperação, é possível verificar como exemplo dessa articulação as iniciativas caracterizadas pelas redes solidárias de turismo comunitário. Essas organizações, geridas por um núcleo comunitário local, administram a atividade turística em uma formação horizontal que busca trazer desenvolvimento local e inclusão social para os envolvidos. Para Barreto (2004, p. 45):

O turismo comunitário solidário apresenta-se como proposta alternativa ao turismo de massa e representa uma ferramenta de desenvolvimento local, quando oportuniza o envolvimento direto da comunidade para o planejamento, implementação e gestão da atividade turística. Também pode ser entendido como provedor do resgate cultural de um povo à medida que estimula a manifestação de representações sociais, como festas e eventos e incentiva a transmissão desse conhecimento para outras gerações. O turismo pode ser também potencializador do resgate de aspectos étnicos, sem necessariamente ser espetáculo de autenticidade das culturas (BARRETO, 2004, p. 45).

Nesse sentido, as redes de turismo nascem da percepção de que não é suficiente apenas fazer a crítica ao modelo de turismo convencional, gerador de segregação sócio-espacial, de concentração de renda e de problemas sócio-ambientais. Em contraposição, o turismo comunitário permite que a população local tenha controle efetivo sobre seu desenvolvimento, sendo diretamente responsável pelo planejamento das atividades e pela gestão das infra-estruturas e serviços turísticos.

As redes de turismo comunitário, em especial no Ceará, são estabelecidas para garantir um canal alternativo de complementação de renda para a população local e não objetivam substituir a atividade econômica original, pelo contrário, buscam enaltecer a economia tradicional, transformando-a em objeto de análise para os visitantes, dando caráter autêntico e legitimando a viagem como experiência única. As redes de turismo são organizadas nos moldes da economia solidária e segundo a Rede Tucum – Rede cearense de turismo comunitário e a Secretaria Nacional de Economia Solidária, trabalham de acordo com os princípios:

a. cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária;

b. autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses;

c. dimensão econômica: uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo;

d. solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes, no compromisso com um meio ambiente saudável, nas relações que se estabelecem com a comunidade local, na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional, nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório, na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores, e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Considerando essas características, o turismo solidário aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica a reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

A REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO

A Rede Tucum – Rede cearense de turismo comunitário, é um projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará, voltado para a construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busca a sustentabilidade sócio-ambiental. A Rede oferece um produto turístico autêntico e de qualidade, projetado para a interação entre povos e culturas, atento a proteger e valorizar territórios economicamente integrados às atividades tradicionais e com a finalidade de produzir benefícios a toda a comunidade. A Tucum é formada por comunidades localizadas na zona costeira cearense e conta com a participação de doze comunidades, entre indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais, dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza, além de três ONG's que fazem o apoio institucional à rede - Instituto Terramar, Associação Tremembé e Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde. Nesse sentido, a Tucum estrutura estratégias e parcerias que permitem avançar em pontos importantes para o desenvolvimento do turismo comunitário.

A Rede trabalha em processos de formação e capacitação, na perspectiva de empoderamento das lideranças comunitárias e de desenvolvimento de habilidades e competências voltadas para o desenvolvimento do turismo; promove a melhoria das infra-estruturas turísticas e das infra-estruturas básicas; constrói estratégias de marketing e promoção dos produtos e serviços turísticos comunitários; faz parcerias com organizadores e operadores de viagens e a comercialização do turismo comunitário e solidário e promove a articulação e trocas com outras redes no Brasil e no exterior. Embora desenvolva todas essas ações, a Rede Tucum tem dois grandes objetivos - promover formas de oferta turística locais para garantir às populações tradicionais a permanência em seu território (há décadas existe um acentuado processo de expulsão das populações costeiras) e possibilitar a continuidade das atividades econômicas tradicionais, em particular a pesca e a agricultura; e oferecer, aos viajantes responsáveis de todo o mundo, a oportunidade de intercâmbio com estas localidades e as populações que nelas vivem.

A pesquisa de campo foi realizada em oito de um total de doze comunidades da Rede Tucum, no mês de janeiro de 2010. Durante a pesquisa de campo, foram percorridos 215 km pela costa leste do Estado do Ceará para a obtenção de registros e depoimentos de comunidades envolvidas na Rede. Em cada uma das comunidades, a permanência no território se deu em instalações comunitárias com hospedagem domiciliar, o que permitiu participar do cotidiano destas comunidades. As comunidades visitadas foram: Alojamento Frei Humberto (MST), Associação Mulheres em Movimento, Batoque, Jenipapo-Kanindé, Prainha do Canto Verde, Ponta Grossa, Assentamento Coqueirinho e Tremembé. A análise de campo buscou estruturar-se com base nos objetivos específicos da pesquisa, a saber: verificar como são estabelecidos e mantidos os vínculos sociais entre os envolvidos nas atividades do turismo comunitário na região estudada; verificar como ocorre a organização do trabalho comunitário para o estabelecimento de redes de cooperação; e verificar se as representações culturais e práticas tradicionais autóctones são responsáveis por alimentar os vínculos comunitários. Foram realizadas entrevistas mais formais (utilizando instrumento de pesquisa semi-estruturado) e informais, com moradores das comunidades caiçaras da costa, lideranças comunitárias e representantes de organizações sociais envolvidas com a Rede Tucum. Trata-se de uma pesquisa qualitativa explicativa, a qual analisa a Rede, com estudo de caso; Os dados coletados foram analisados utilizando o método de análise de conteúdo e por isso, foram agrupados em categorias temáticas, a saber: vínculos por colaboração solidária e trabalho comunitário organizado nos moldes da economia solidária. A seguir serão expostas as reflexões divididas em cada área temática.

I REPRESENTAÇÃO DE VÍNCULOS POR COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA

Observou-se que as comunidades estudadas se articulam prioritariamente em função de um sistema de cooperação informal às regras do trabalho oficial. Nessas comunidades os laços sociais são formados tendo por base a cooperação e reciprocidade, que se tornam os principais meios de proposta de sociabilidade. As famílias envolvidas na rede de trabalho disponibilizam gentilmente suas habilidades aos demais, propondo a criação de uma rede de trocas. Na maioria das vezes, para esses gestos, há retribuição, por isso, implicitamente e de forma sutil, “a obrigação” de dar em retribuição é destacada pela gratuidade e pela liberdade. Para todas as trocas simbólicas realizadas nessas comunidades existe a sensação de espontaneidade e generosidade. Nota-se que todos os envolvidos nesse sistema se preocupam em retribuir a dádiva recebida de forma criativa e cuidadosa, para que a retribuição seja envolvida pelo sentimento de gratidão absoluta, afirmando a perenidade da relação. Muitas vezes o agrado retribuído pode ser apenas um gesto de atenção, ao ouvir uma história à beira do rio ou a simples companhia em uma noite de calor – nessas comunidades, observou-se que os pequenos gestos em retribuição às dádivas recebidas são fortemente percebidos, registrados e considerados pelos receptores.

Observou-se, ainda, que as comunidades cearenses procuram evitar a circulação monetária. Os serviços prestados nas comunidades são realizados de acordo com as aptidões individuais, em um movimento que busca trocar saberes e valorizar cada uma das experiências do grupo. Nesse sentido, as pequenas comunidades possuem integrantes com mais habilidades em determinadas atividades, tornando-se estes os responsáveis por repassar suas aptidões à frente e divulgar ao grupo seus saberes especiais. Esses ensinamentos, muitas vezes tornam-se serviços prestados, que são retribuídos das mais diversas maneiras. Existe assim, a afirmação de uma convenção de gratuidade para essas ações, que serão recompensadas com outros gestos. Para essas relações, a simples troca mercantil não poderia preencher a quantidade nem a qualidade do vínculo estabelecido. Esses vínculos fazem parte de uma cadeia ininterrupta, e as dádivas concedidas, muitas vezes, não são consideradas como dádivas por seus doadores. Muitos afirmam que não notaram sua atitude de retribuição ou que não perceberam em si um gesto acolhedor ou confortante. Percebe-se assim que o dom circulante nessas comunidades é recoberto de gratidão autêntica, atuando a dádiva por si só, estruturando um sistema espontâneo de cooperação, representado por trocas simbólicas.

Assim, o dom torna-se uma sequência arbitrariamente destacada por propostas de vínculos que estabelecem boas relações. O que circula entre os moradores das comunidades estudadas está a serviço do laço. Ao contrário da troca mercantil, a sequência não é fechada e os papéis não são

finitos. De certa maneira, nesse sistema de laços sociais, nota-se cotidianamente que a equivalência do mercado tende a ser substituída por uma “nova economia” que valoriza o trabalho humano e que propõe a aliança social e a cooperação integrada como reparadoras dos problemas ocasionados pelo utilitarismo. Da mesma forma, percebe-se que as dívidas assumidas pelo vínculo são aceitas de forma aberta e sincera, indicando que, para cada dádiva recebida, existirá um envolvimento em um processo prazeroso que invade a promessa de retribuição.

A sequência do dom, representada pelas comunidades estudadas, não compromete apenas os dois indivíduos envolvidos nesse sistema, mas também suas famílias. As representações de sentimentos de amizade e fraternidade estão presentes nas atividades cotidianas das comunidades. Acredita-se que nem mesmo essas comunidades saibam a proporção dos vínculos criados com base no sistema de cooperação solidária estabelecido entre eles, afinal, são muitas as comunidades que podem ser consideradas beneficiadas com os laços da cooperação mútua, propiciando a troca de experiências e a valorização do trabalho tradicional. É possível que os laços estabelecidos tenham tomado proporções maiores do que aquelas que a população local possa reconhecer. Isso porque os indivíduos estão inseridos numa rede de alianças que não se isolam, ao contrário do que se observa numa transação mercantil, todas as ações vigoradas nesse processo são seladoras de novas comunhões, que, por sua vez, são responsáveis por gerar novas redes colaborativas e assim por diante.

2 TRABALHO COMUNITÁRIO ORGANIZADO NOS MOLDES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA/ ECONOMIA DA COOPERAÇÃO

Nos vilarejos estudados, os grupos são organizados em projetos coletivos de base familiar. Essas comunidades são orientadas por um trabalho que prima pela troca de saberes e experiências mútuos e as atividades turísticas são realizadas por meio de redes colaborativas, estabelecidas com base em vínculos sociais criados espontaneamente como propostas para uma gestão solidária. Nessas comunidades, nota-se que o valor central das atividades está relacionado ao trabalho, ao saber e à criatividade humanos e não o capital, em função disso, para cada meta estabelecida e para cada atividade cumprida, existe o reconhecimento ao grupo o que eleva a autoestima, valoriza as competências e motiva o empenho ao trabalho.

O turismo comunitário fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da produção, da cultura e das identidades locais e, por isso os pescadores reconhecem as práticas tradicionais como a mais importante das atividades econômicas fazendo que as atividades relacionadas ao turismo comunitário, sejam integradas à dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades tradicionais.

Nas comunidades estudadas, cada participante está consciente de fazer parte de um sistema orgânico e contribui para o progresso próprio e do conjunto, valorizando as vantagens cooperativas e a eficiência sistêmica que resultam em melhor qualidade de vida e trabalho para cada um e para todos. Os recursos obtidos com o turismo são canalizados equitativamente para benefícios comunitários, nesse sentido, o papel da “rede” é de fortalecer a proposta de turismo comunitário, fomentando a cooperação entre os envolvidos e tendo em vista a construção de estratégias coletivas de superação dos desafios.

A comunidade não atua como coadjuvante nos processos de planejamento e gestão do turismo, pelo contrário, participa diretamente na articulação, coordenação e deliberação de projetos, como agentes econômicos, institucionais e sociais. É também de competência do conselho comunitário ponderar e decidir sobre a partilha e usos dos recursos excedentes, o que permite que se façam investimentos concretos e de acordo com cada uma das realidades nas condições gerais de vida de todos. Observa-se também que a cooperação solidária nas comunidades promove o comércio a preços justos, de forma a favorecer todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, nas comunidades estudadas, as ações são orientadas por princípios que buscam garantir a sustentabilidade sócio-ambiental e procuram a valorização da produção, da cultura e da identidade local. Assim, as estratégias prioritárias na construção dos roteiros de visitação incluem os momentos de vivências com a comunidade, as trocas culturais e trilhas de interpretação ambiental.

Articulada em rede, cada comunidade se fortalece, fomentando a troca de experiências e a cooperação, por meio do compartilhamento de saberes e habilidades.

A falta de alternativas de emprego e os baixos salários são índices incidentes para as famílias tradicionais residentes na costa cearense. Nesse território é possível encontrar crianças e adolescentes que estão rendidos ao subemprego e até mesmo à prostituição, em função de um mercado segregador. Tendo esse cenário como base, muitas famílias cearenses resolveram unir forças e construir uma estratégia alternativa que pudesse abrir espaço aos desfavorecidos, em busca do desenvolvimento local. Desenvolveram uma economia centrada no trabalho. Nesse sentido, os núcleos familiares organizaram-se em um sistema integrado de cooperação que buscava trocar experiências, em prol do bem coletivo. Nessa região, a atividade turística passou a ser gerida pela comunidade, onde os ganhos econômicos são rateados por todos.

Por meio do sistema solidário de produção, foi possível observar o aparecimento de vínculos sociais estabelecidos entre os envolvidos, criados a partir da economia solidária, sistema que supõe a relação de intercâmbio respeitoso entre o turista, a comunidade local e a natureza. O que circula entre os moradores, está a serviço do laço, da compreensão e do auxílio mútuo. Da mesma forma, em que as dívidas assumidas pelo vínculo, são aceitas, existe uma promessa clara de retribuição. As representações de amizade e fraternidade são presentes em atividades profissionais e a cada movimento de troca e aprendizado e possível perceber a intensificação desses sentimentos. São muitas as comunidades que podem ser consideradas beneficiadas com o sistema de cooperação implantado, que prima por valorizar o trabalho tradicional.

Conclui-se que a alternativa encontrada pelas comunidades tradicionais cearenses para a inclusão social, por meio do trabalho comunitário, beneficiou significativamente todos os envolvidos, garantindo o fortalecimento dos laços sociais comunitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETO, Margarita. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. *Turismo em análise*, São Paulo, v.15, n. 2, p.133-149, nov.2004.
- CAILLÉ, Alain. *Antropologia do Dom: o terceiro paradigma*, Petrópolis: Vozes, 2002a.
- CAILLÉ, Alain. “Dádiva e associação” In: MARTINS, P.H. (Org.) *A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002b.
- CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológico: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.8, v. 13, 2008.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. A pesquisa em Hospitalidade. *Revista Hospitalidade*, São Paulo, ano V, n. 2, p. 23-56, dez. 2008.
- CORIOLOANO, L. N.; LIMA, L. C. (Orgs.). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti; BUENO, Marielys Siqueira (Orgs.). **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo: Thomson, 2003.
- GODBOU, Jacques. “Digressão sobre as redes e os aparelhos” in *Redes sociais e saúde: nova perspectiva de análise*. Recife: UFPE, 2004.
- _____. Introdução à dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol.13, n.38, 1998.
- _____. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- MARTINS, Paulo Henrique. “Sociologia, intervenção e ação social”. *Estudos de sociologia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*, V. 6, n.1, Recife, 2000.
- _____. (Org.) *A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *A economia solidária e popular: questões teóricas e práticas*. Recife: Bargaço, 2003.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dívida: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/Edusp, 1974.

SAMPAIO, C. A. C. *Turismo como fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

SHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.